

DIA DE DECISÕES NO PLENÁRIO

Rejeitada PEC dos Vereadores. Valem as regras do TSE

Estados terão 29% da Cide para recuperar rodovias

Aprovado projeto que regulamenta atuação de ONGs

Páginas 3 e 4



REJEIÇÃO O Plenário do Senado discute a PEC dos Vereadores, que obtém apenas 41 votos - número insuficiente para sua aprovação em segundo turno

Afixação de preços em produtos pode ter norma

A exposição de preços nos produtos e serviços em estabelecimentos comerciais pode ser regulamentada por lei. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto com esse objetivo. De acordo com a proposta, os preços devem ser afixados por meio de etiquetas ou similares diretamente nos bens expostos à venda e em vitrines, quando for o caso.

Página 7

Gerardo Magela

IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

“Todas as classes têm oportunidade de exercer o poder no Brasil”, diz Sarney

Página 5



ENCONTRO Observado por João Paulo (C), Lula cumprimenta Sarney na abertura da conferência

Senado quer dia nacional de combate à hanseníase

O último domingo de janeiro de cada ano deve ser dedicado à prevenção e ao combate da hanseníase. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Tião Vianna, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta seguirá para análise da Câmara dos Deputados, se não houver solicitação para ser submetida a exame do Plenário do Senado.

Página 5



LEGITIMIDADE Em nota lida por Jefferson, partido se coloca como opção para mudar o país

Jefferson: PDT vai preservar o legado de Leonel Brizola

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), leu no Plenário nota afirmando que “a morte de Leonel Brizola não será a morte do PDT, seja pela extinção jurídica, seja de fato”. Ele informou que os senadores, deputados e a Executiva Nacional do partido, após reunião conjunta, decidiram tornar público que o legado de Brizola será preservado e conduzido pelos seus legítimos herdeiros, fiéis ao seu ideário.

“Nossa firmeza de princípios e fundamentos do trabalhismo permitem que nos apresentemos como alternativa àqueles que, à falta de um projeto de nação, não ousam transformar o país”, diz a declaração lida por Jefferson Péres.

Para o senador, o PDT tem a consciência da sua responsabilidade, traduzida no dever de não deixar na orfandade política os milhões de brasileiros que prantearam o desaparecimento de Leonel Brizola.

– Ética, nacionalismo, educação, justiça, eis o legado do nosso guia inspirador – concluiu o parlamentar.

Agenda

Plenário deve votar Lei de Falências

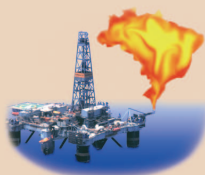
As mais de 60 emendas à nova Lei de Falências (PLC 71/03) e ao projeto que muda o Código Tributário (PLC 70/03) serão analisadas pelo Plenário hoje, às 14h30. Está prevista ainda a discussão da reforma do Judiciário (PEC 29/00). Às 19h, será realizada sessão do Congresso para a votação de cinco projetos que concedem créditos suplementares e especiais em favor de ministérios.



Agenda do presidente

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, da cerimônia de inclusão do retrato do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais.

A partir das 15h30, Sarney dirige a ordem do dia no Plenário do Senado e, às 16h, participa da sessão solene de posse de Eros Grau como ministro do Supremo Tribunal Federal.



Licitação de plataformas da Petrobras

O processo de licitação para a construção de plataformas de petróleo no Brasil é tema de debate na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne hoje às 10h. O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, participa da reunião, que vai discutir ainda os contratos de campanhas publicitárias da empresa.

Comissão das terras indígenas realiza audiência pública

A comissão especial que trata da demarcação de terras indígenas realiza hoje, às 11h, audiência pública. Foram convidados o superintendente da Polícia Federal de Rondônia, Marco Aurélio Moura, e o coordenador da Funai no estado, Walter Bloss,

entre outros. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota requerimento solicitando informações sobre a Operação Vampiro, que apontou o superfaturamento na compra de produtos hemoderivados.

CCJ examina requerimento e projetos

Na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) solicitando informações ao ministro da Casa Civil sobre a utilização de cartões de crédito corporativo para o pagamento de despesas particulares. A CCJ vota ainda projetos que tratam do fomento mercantil (PLS 230/95) e do parcelamento urbano (PLS 264/03).



Tuma na galeria da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 10h, solenidade para a inclusão da foto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na galeria dos ex-presidentes do colegiado. Na segunda parte da reunião, serão votados projeto (PLC 107/02) que demarca os limites do Parque Nacional de São Joaquim (SC) e proposta (PLC 11/04) que concede seguro-desemprego a agricultores.

Indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) discute hoje, às 10h, a indicação dos diplomatas Tilden José Santiago e Leda Lúcia Martins Camargo para os cargos de embaixadores do Brasil em Antigua e Barbuda e na República de Seicheles, respectivamente. No mesmo horário, a Comissão de Educação (CE) vota projetos para concessão de serviços de radiodifusão.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PROTEÇÃO Lúcia Vânia afirma que governistas já liberaram 95,5% das emendas individuais

Governo desrespeita oposição, diz Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse ontem que o governo tem desrespeitado a oposição no Senado e protegido ostensivamente os partidos aliados. Prova disso, afirmou a senadora, é o fato de haver liberado 95,5% do volume empenhado para atendimento das emendas individuais dos senadores governistas no orçamento de 2004.

Lúcia Vânia lembrou que a oposição, desde o início do governo, tem mostrado disposição para o diálogo e colaborado para a aprovação dos projetos de interesse do Executivo, como a reforma da Previdência Social, a Lei de Falências, a parceria público-privada e a Lei de Biossegurança.

– A grande verdade é que a oposição tem sido insistentemente convocada a acelerar a votação de vários projetos, atropelando sua tramitação normal nas comissões temáticas e chegando mesmo a esvaziá-las. No entanto, não temos recebido da parte do Executivo o mesmo tratamento. A oposição nesta Casa tem sido confrontada e desrespeitada em seu papel de analisar o Orçamento da União e propor as mudanças que considerar necessárias – assinalou.

A senadora afirmou que o PT liberou 25,47% do total de R\$ 279,8 milhões comprometidos com emendas e o PMDB, 21,6%, totalizando R\$ 60,4 milhões, enquanto o PFL só obteve o compromisso de atendimento de 1,98% das emendas e o PSDB de apenas 1,59%.

– Tão escandalosa foi a negociação que o procurador-geral do Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, já apresentou representação. Ele está sugerindo uma auditoria no processo de liberações do governo – comentou a senadora.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado rejeita corte menor de vereadores

■ Número de vagas nas câmaras municipais será reduzido em 8.528, prevalecendo a resolução do TSE

O Senado rejeitou ontem a proposta de emenda à Constituição que extingue 5.062 vagas de vereadores em todo o país. Com a decisão, o número de vagas para as câmaras municipais será reduzido em 8.528 nas próximas eleições (passando dos atuais 60.276 para 51.748), conforme resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por envolver matéria constitucional, a PEC dos Vereadores precisava de 49 votos favoráveis para ser aprovada, mas apenas 41 votos "sim" foram computados no painel do Plenário. Dos senadores presentes, 11 votaram contra a PEC, não havendo abstenção.

O resultado foi anunciado de forma efusiva pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidia a ses-



VOTAÇÃO Eduardo (E) preside sessão em que se votou projeto relatado por Valadares

são no momento. Por ser uma matéria polêmica, os ânimos dos senadores estiveram acirrados desde o início da sessão extraordinária na qual a proposta (PEC 55-A/2001) foi votada. Iniciada a sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) abriu e

logo depois encerrou o período de discussão, sem que nenhum orador tivesse se inscrito para o debate. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da proposta, criticou o fato de não ter sido chamado para expor seu parecer.

– Infelizmente, a votação da matéria começou sem que o relator fosse consultado. Se tivesse sido, eu teria pedido para que não fosse votada hoje. O quórum está muito baixo. Uma proposta tão importante quanto esta não pode ser apreciada de forma atropelada em uma sessão tumultuada como esta. É um suicídio político a colocação em votação neste momento – disse Valadares.

Enquanto transcorria a votação nominal, vários senadores se alternaram no uso da pala-

vra em apoio à PEC dos Vereadores. Valadares chegou a pedir que os favoráveis à proposição não registrassem seu voto, quando sentiu que a matéria poderia não ser aprovada. Se não tivessem sido registrados 49 senadores no painel eletrônico, a votação seria adiada para hoje.

A sessão estava sendo conduzida pelo 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, quando Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) questionou o motivo de o senador presidir os trabalhos, se o 2º vice-presidente da Casa, Eduardo Siqueira Campos, estava em Plenário. O senador pelo Tocantins assumiu a presidência, e depois de alguns instantes comunicou que a votação estava encerrada e proclamou o resultado – a rejeição da matéria – sob os protestos de diversos senadores.

Rejeição

O senador Eduardo Siqueira Campos disse que não há nada no Regimento Interno do Senado que determine como o presidente deve encerrar uma ses-

são, e se ele pode ou não ser mais enfático.

– A PEC dos Vereadores foi rejeitada porque era a vontade da população brasileira, não havia número para aprová-la, e isso foi atestado aqui com os números da votação – disse o senador em resposta às críticas de que foi “excessivamente enfático” ao anunciar a rejeição da matéria e o encerramento da sessão.

Eduardo lembrou que o prazo das convenções municipais é de 10 a 30 de junho, encerrando-se, portanto, hoje, e não havia argumento legal, ético ou político que justificasse mudar o que já estava definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

– O Regimento Interno do Senado fala que tínhamos que esperar por 10 minutos até anunciar o resultado da votação. Nós fomos tolerantes em excesso, esperamos por 17 minutos, e seria absurdo prolongar o anúncio de uma decisão que é a que o povo brasileiro esperava – afirmou o senador.

Aprovada a regulamentação das ONGs

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) no país. Em votação simbólica e sem nenhum voto contrário, os senadores aprovaram o texto substitutivo apresentado pelo relator, senador César Borges (PFL-BA), ao texto original produzido pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a atuação das ONGs no Brasil. Aprovado também em turno suplementar – necessário para possibilitar a apresentação de emendas ao texto substitutivo –, o projeto (PLS 7/03) será agora votado na Câmara dos Deputados.

Foi considerado prejudicado o projeto de lei apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) – que presidiu a CPI – sobre o mesmo assunto, que tramitava em conjunto.

O relator – que apresentou seu voto em Plenário, uma vez que a urgência pedida para o projeto inviabilizou sua votação a tempo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – destacou que o projeto cria o Cadastro Nacional de ONGs, no âmbito do Ministério da Justiça. Para atuar, cada ONG deverá se inscrever no



FISCALIZAÇÃO Substitutivo de César Borges (E) ao projeto oriundo da CPI presidida por Mozarildo (D) obteve aprovação unânime

cadastro, informando, entre outras coisas, sua linha de ação, os tipos de atividades desenvolvidas, as fontes de recursos para sua manutenção e os nomes e as qualificações de seus dirigentes.

César Borges informou ainda que as ONGs estrangeiras deverão pedir ao ministério uma autorização de funcionamento. Ressaltou que o Ministério Público terá ampliados seus poderes de fiscalização dessas organizações, que deverão prestar contas dos recursos recebidos.

No encaminhamento da vo-



tação, Mozarildo destacou o papel do relator, que, segundo ele, “compatibilizou os dois projetos e as sugestões apresentadas pelo senador Flávio Arns (PT-PR) e pela liderança do governo”. A atuação de César Borges foi também destacada por Arns e pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN), que a qualificou como “um trabalho de arredondamento perfeito, que fez com que uma matéria polêmica se tornasse consensual”. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) enfatizou o empenho de Mozarildo Cavalcanti para levar a matéria a votação.

Reforma do Judiciário pode ser votada hoje

Por falta de “margem de segurança” no número de senadores em Plenário, foi adiada para hoje a votação da proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário.

Para o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), seria arriscado votar uma matéria que está tramitando por mais de 13 anos com apenas 50 senadores em Plenário, pois seriam precisos 49 votos para aprovar a PEC, o equivalente a três quintos dos 81 senadores. O adiamento teve a concordância do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, José Jorge (PFL-PE).

A proposta (PEC 29/00) traz alterações importantes na estrutura do Judiciário, como a instituição da súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle externo do Judiciário e do Ministério Público, a quarentena para os membros do Judiciário (que ficarão impedidos de exercer a advocacia perante o último



ACORDO Adiamento de votação foi apoiado pelo relator José Jorge

local de atuação antes de três anos do afastamento) e o fim do nepotismo, com a proibição de se nomear parentes no âmbito dos tribunais ou juízos.

Além disso, José Jorge propôs novas PECs para tratar de temas como a instituição dos juizados de instrução criminal para determinadas infrações penais e a substituição dos precatórios – pagamento a ser feito pela Fazenda Pública conforme sentença judicial – pelos títulos sentençiais, a serem expedidos após o término de uma ação vitoriosa contra o Estado, que deverá incluir o valor no orçamento do ano seguinte e efetuar o pagamento em dez parcelas.

Estados vão receber 29% da Cide para a recuperação de rodovias

Aumento do repasse representa mais R\$ 400 milhões a cada ano. Emenda constitucional vai à promulgação

O Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que aumenta de 25% para 29% a parte dos estados e municípios na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o "imposto sobre combustíveis". A mudança representará R\$ 400 milhões por ano a mais

para os estados e municípios aplicarem exclusivamente em infra-estrutura, construção e recuperação de rodovias.

A emenda recebeu 54 votos a favor e nenhum contra, e agora será promulgada pelos presidentes do Senado e da Câmara, para entrar em vigor assim que for publicada no *Diário do Congresso*. Os senadores não fizeram qualquer mudança no projeto oriundo da Câmara, fruto de acordo negociado no início do ano entre os governadores, os parlamentares e a Presidência da República.

Governadores, senadores e deputados pressionaram para

que o governo federal aceitasse mudar os termos da renegociação das dívidas estaduais e municipais, assinados na administração anterior. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recusou uma mudança na renegociação das dívidas, mas concordou em aumentar o repasse da arrecadação da Cide, como forma de aliviar as contas estaduais.

A Cide tem arrecadação de aproximadamente R\$ 10 bilhões por ano – a União fica com R\$ 7,1 bilhões, os estados com cerca de R\$ 2,17 bilhões e os municípios com os R\$ 730 milhões restantes. Apesar do

acordo, o governo foi muito criticado durante a votação da emenda constitucional, com a oposição sustentando que a equipe econômica vinha retendo até o fim de dezembro quase toda a arrecadação da Cide, para formar o superávit primário das contas públicas. O superávit é usado pelo governo para pagar esses juros.

Quando foi criada, a Cide ficava apenas com a União. Em dezembro, durante a discussão da reforma tributária, foi aprovada a destinação de 25% aos estados e municípios. Exatamente seis meses depois, essa participação sobe para 29%.



MÉRITO João Ribeiro argumenta que empréstimo é fundamental para desenvolvimento do estado

Plenário vota autorização de crédito para o Tocantins

O Plenário do Senado acolheu ontem requerimento de urgência para votação de contrato de crédito externo, no valor de US\$ 60 milhões, entre o governo do Tocantins e o Banco Mundial, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O financiamento terá o aval da União e será destinado ao Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do estado. A matéria será incluída na ordem do dia de hoje.

Com orçamento total de US\$ 100 milhões, o projeto terá contrapartida de US\$ 40 milhões do governo do Tocantins. Seu objetivo é garantir altas taxas de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis no estado, a longo prazo.

Segundo o relator da proposição, senador Edison Lobão (PFL-MA), a operação de crédito cumpre as exigências das resoluções do Senado, contando com manifestações favoráveis da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, por estar dentro dos limites de endividamento.

Ao defender o projeto que autoriza a operação de crédito, o senador João Ribeiro (PFL-TO) destacou que os recursos serão aplicados em obras que auxiliem a consolidação do Tocantins.

João Ribeiro argumentou ainda que o seu estado tem demonstrado clara vocação para a liderança da região no que diz respeito à agricultura e à agroindústria. O parlamentar lembrou que a autorização para o empréstimo será fundamental para o Tocantins continuar seu caminho em busca do desenvolvimento sustentável.



ANÁLISE Tebet lembrou que continuavam sendo apresentadas emendas às propostas



SOLUÇÃO Fernando Bezerra informa que pontos mais polêmicos foram equacionados

Senado deve concluir hoje exame da Lei de Falências

Foi adiada para hoje a votação das mais de 60 emendas ao projeto de nova Lei de Falências e ao que altera o Código Tributário Nacional (CTN), para adequá-lo à futura legislação sobre recuperação de empresas. O adiamento ocorreu a pedido dos dois relatores, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Fernando Bezerra (PTB-RN). Eles argumentaram que, ainda durante a ordem do dia, continuavam a ser apresentadas novas emendas, o que impossibilitava a leitura dos pareceres.

– Não podemos apresentar um parecer sobre uma emenda que acabou de chegar. É preciso analisar de acordo com a minha consciência, e não dar um parecer contra ou a favor só para acelerar a votação – explicou Ramez Tebet.

Os dois projetos já tiveram o texto base aprovado, faltando a votação de emendas, o que deve ocorrer na sessão de hoje, quando os relatores apresentarem pareceres sobre elas.

Fernando Bezerra disse que o ponto mais polêmico dos dois projetos, o que trata dos empréstimos com garantias reais, ficou da seguinte forma: os débitos tributários terão preferência para pagamento sobre os débitos financeiros, exceto quando houver garantias reais para os empréstimos. Ou seja, o empresário que der imóvel ou equipamentos como garantia para obter empréstimo, junto a um banco, terá que entregar o bem dado como garantia, já que a Secretaria da Receita Federal não poderá receber um bem como pagamento de tributo.

Decisão sobre LDO é adiada para o dia 6

Com o adiamento, para a próxima terça-feira, da votação do relatório de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), os trabalhos do Congresso Nacional serão prorrogados por pelo menos uma semana. O senador declarou ontem, depois que a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi encerrada, sem qualquer deliberação, por falta de quórum, que seu parecer estará pronto para ser lido e votado na semana que vem.

Mas a data para votação ain-



RELATÓRIO Garibaldi disse que o parecer estará pronto para ser votado na próxima semana

da depende de um acerto entre os líderes sobre se haverá ou não a convocação extraordinária para votar projetos de interesse do governo. O presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), disse ser favorável a "segurar" a votação da LDO até 15 de julho para evitar a convocação.

Renan Calheiros é contra prorrogação indefinida

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou ontem, em Plenário, que não concorda com a prorrogação indefinida dos trabalhos do Congresso durante o recesso de julho. Ele disse que caberia ao presidente do Senado, José Sarney, marcar

o dia para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em comum acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha.



Renan: governo deve assumir ônus de convocação

José Agripino (RN), lembrou que a praxe no Senado, em anos eleitorais, é a de fazer um esforço concentrado em agosto e setembro.

Geraldine Magela



MOMENTO HISTÓRICO Sarney discursa ao lado de João Paulo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Sarney: Lula encerra ciclo republicano da história

■ Presidente do Senado participa da abertura da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos

Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da abertura da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos. Sarney assinalou o momento histórico traduzido pela presença, na Presidência da República, de um homem engajado na luta pelos direitos humanos.

Sarney disse sentir-se orgulhoso por constatar que Lula está encerrando, na história do Brasil, a implantação do sistema republicano. Ele explicou que os cem últimos anos da história da Humanidade foram marcados por revoltas e revo-

luções, as duas manifestações buscando uma forma jurídica de chegar ao poder. Com Lula, constatou, o país alcançou o ideal republicano por meio da democracia.

– Assistimos atualmente à conclusão de um processo que nasceu numa república sem povo, depois foi incorporando as elites dirigentes, mas que não tinha chegado ainda às classes proletárias. Hoje, com Lula no poder, está provado que todas as classes têm oportunidade de exercer o poder no Brasil – destacou.

De acordo com Sarney, Lula transformou-se no presidente da unidade nacional, que vai reconstruir o ideal do Brasil unido em torno do seu futuro e dos seus jovens.

O presidente da República disse que semear direitos humanos talvez seja a semente mais delicada e trabalhosa, por isso mesmo, a mais preciosa. Referindo-se ao período ditato-

rial, ele afirmou que, naquela época, o Brasil assistiu à antagônica experiência de registrar índices econômicos positivos simultaneamente a atos de asfixia política.

Cinema e Lei Rouanet

Ainda ontem, o presidente Sarney recebeu o ministro da Cultura, Gilberto Gil, para conversar sobre duas leis que o ministério enviará ao Congresso em breve: a que regulamenta o funcionamento da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinave) e a proposta que modifica a Lei Rouanet, permitindo que pessoas físicas e pequenas empresas também possam deduzir do Imposto de Renda (IR) investimentos em cultura.

– O presidente Sarney sugeriu que não mandássemos as duas propostas juntas e sim uma depois da outra. Portanto, vamos mandar para o Congresso primeiro a lei da Ancinave – declarou Gilberto Gil.



CUIDADOS Tião Viana afirma que o preconceito é a pior consequência da doença

senador José Jorge (PFL-PE), que pede audiência para debater, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, que pertence à Comissão de Educação, denúncias envolvendo a subsidiária do Banco do Brasil, a Cobra Tecnologia, na prestação de serviços, aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos.

José Luiz

J. Freitas

Educação aprova dia de combate à hanseníase

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o último domingo de janeiro de cada ano como o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase. O projeto de lei (PLS 32/04) vai agora para a análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja solicitação para ser submetido a exame do Plenário do Senado.

Segundo Tião Viana, a medida tem por meta chamar a atenção de toda a sociedade para a doença, que no passado era conhecida como lepra, e prestar informações a respeito de como os portadores podem

enfrentar a mais perniciosa consequência da moléstia: o preconceito. O relator do projeto, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), enalteceu a aprovação da matéria.

Na mesma reunião da comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), foi aprovado projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que institui o dia 1º de agosto de cada ano como o Dia da Indústria Farmacêutica Nacional.

Foram aprovados ainda dois requerimentos: um de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), solicitando audiência pública para discutir a adaptação da legislação para o exercício de atividades circenses; e outro do

CPI do Banestado adia convocação de Maluf

A CPI Mista do Banestado não votou ontem o requerimento de convocação do ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf. O relator, deputado José Mentor (PT-SP), disse que discordava da convocação porque a comissão não possui documento que fundamente tal decisão. Já o presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), disse que irá apresentar, na próxima reunião da comissão, os elementos que subsidiavam sua crença de que a CPI deve convocar o ex-prefeito.

Antes mesmo do início das votações, Mentor pediu alteração de texto de uma ata de reunião e, diante da negativa do presidente, solicitou verificação de quórum. Como o número de parlamentares para deliberação (18) não foi alcançado, a reunião do colegiado teve que ser encerrada.

– Eu acho que a CPI buscou



FATOS Antero promete mostrar elementos que justificam audiência de ex-prefeito

colocar em primeiro lugar a investigação e, em segundo, os interesses da notícia e da mídia, que são meritórios, mas não são o principal motivo da CPI – acrescentou Mentor.

Já o presidente Antero de Barros observou que não vê motivos para que a CPI Mista do Banestado não aprecie os diversos requerimentos apresentados, “independentemente de aprová-los ou não”.

Jane de Araújo

Indicação de diretor da Abin vai ao Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG) à mensagem presidencial que indica o nome do delegado da Polícia Civil do estado de São Paulo Mauro Marcelo de Lima e Silva, 45 anos, para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O parecer vai ser agora submetido ao Plenário do Senado.

Ao falar aos membros da CRE, o delegado afirmou que, como diretor-geral da Abin, não medirá esforços para cumprir o maior desafio que compete à instituição: desenvolver ações no intuito de defender ao mesmo tempo o Estado democrático de direito e

a soberania do Brasil. Ele condenou qualquer interferência da agência nas três esferas internas de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) e disse que o momento “é de unir forças no sentido de desmistificar as ações de um órgão como a Abin”.

– Uma palavra vai nortear o meu trabalho à frente da Abin: transparência nas ações. Por isso não irei aceitar uma espécie de Estado paralelo dentro do próprio Estado, em detrimento do interesse público – informou Mauro de Lima e Silva.

Ele reconheceu que a Abin, com um quadro de 1.600 funcionários, enfrenta uma crise, a começar pelos baixos salários, o que gera falta de incentivo à carreira.



DESAFIO Observado por Suplicy (D), Mauro de Lima e Silva responde às perguntas dos senadores sobre defesa do Estado de direito

ACM defende reajuste dos vencimentos dos militares

Senador adverte o governo para risco de insubordinação capaz de prejudicar as instituições

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) aconselhou, ontem, o governo a elevar o vencimento dos militares das Forças Armadas ainda em 2004, sob pena de enfrentar problemas de insubordinação capazes de prejudicar as instituições e a democracia. Depois de criticar a administração petista por liberar verbas em troca do apoio ao salário mínimo de R\$ 260, o parlamentar também pediu investimentos que permitam a plena atividade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

– Há um limite para os comandantes, fiéis ao governo, manterem controle sobre seus subordinados – advertiu, ressaltando que não estava pregando a subversão, mas bus-



INSATISFAÇÃO Antonio Carlos cita e-mails de mulheres de militares reclamando dos soldos

cando assegurar a paz no país por meio da paz nas três Forças.

Como sinal da insatisfação que estaria latente nas tropas, ele mencionou o recebimento de milhares de e-mails e telegramas de esposas de militares reclamando dos baixos salários de seus maridos. A seu ver, o governo está insensível a esse pleito, assim como não percebe o alto grau de insatisfação entre as camadas mais pobres da população.

César Borges critica ação do governo na área social

Ao registrar os quase sete anos da morte de Herbert de Souza, o Betinho, o senador César Borges (PFL-BA) afirmou ontem que “a luta do sociólogo contra a fome é absolutamente atual, mesmo depois da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual a população depositou suas esperanças”. O parlamentar lamentou que Lula tenha decidido submeter sua política social ao superávit fiscal.

De acordo com o senador, entre janeiro e maio deste ano o setor público economizou R\$ 38,3 bilhões – R\$ 5,6 bilhões a mais que o necessário –, o que equivale a um superávit de 5,87% do produto interno bruto (PIB), “muito além dos 4,25%

que o governo prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI)”.

– A população precisa saber que o dinheiro do excesso de superávit primário, e que é utilizado para pagamento dos juros e encargos da dívida, é aquele que falta na educação, na saúde, na segurança e na infra-estrutura – assinalou.

César Borges apresentou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, segundo os quais, nos primeiros cinco meses deste ano, o Executivo investiu apenas R\$ 400 milhões dos R\$ 12,4 bilhões de investimentos previstos na lei orçamentária, o que corresponde a 3,2%.

– Esta é uma situação vexatória e não vai acabar bem. É preciso que uma pessoa responsável tome providências – afirmou Antonio Carlos, para quem os militares são “o sustentáculo da democracia”.

Depois de ressaltar que, por falta de dinheiro, os aviões da Força Aérea Brasileira não estão subindo, os navios da Marinha não estão deixando as suas bases e o contingente do Exército não pode se movimentar, Antonio Carlos foi apertado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Garibaldi lembrou que seu relatório prevê autorização para que o governo eleve os salários e faça investimentos nas Forças Armadas.

Antonio Carlos disse acreditar que o Executivo poderia realizar essas despesas este ano. E informou ter recebido, semana passada, telefonema em que o ministro da Defesa, José Viegas Filho, mostrou-se interessado em resolver o problema.



DÍVIDA Para César Borges, o excesso do superávit prejudica a execução de projetos sociais

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu as afirmações de César Borges e ressaltou o empenho do presidente Lula no combate à fome. O programa Fome Zero, conforme disse, tem alcançado a meta de atingir um quarto da população brasileira. Efraim Morais (PFL-PB), também apartando, lamentou a inexistência de investimentos em infra-estrutura no país.

Pesar pela morte do ex-senador Evelásio Vieira

Por requerimentos da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e de Leonel Pavan (PSDB-SC), o Plenário aprovou inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do político catarinense Evelásio Vieira, ex-senador e ex-prefeito de Blumenau. Serão enviadas condolências à família

e ao estado de Santa Catarina.

Ao encaminhar a votação do requerimento, Ideli afirmou que a homenagem do Senado se justifica porque Evelásio Vieira, que morreu ontem, dedicou sua vida para construir a democracia no país. Fundador do MDB, foi o primeiro prefeito

da oposição eleito durante o regime militar, em 1969, ao vencer as eleições em Blumenau.

Além de prefeito da cidade catarinense e deputado estadual, Evelásio foi senador da República, durante “os anos amargos da década de 70”, lembrou Ideli.



DINHEIRO Segundo Alvaro Dias, publicação pode ser um caso de improbidade administrativa

Alvaro cobra explicações sobre guia para candidatos do PT

Ao pedir explicações ao governo sobre uma cartilha que, segundo a imprensa, foi editada pelo Ministério do Planejamento, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a publicação – um guia para os candidatos do PT nas eleições municipais deste ano – pode ser um caso de improbidade administrativa, se impressa com dinheiro público.

O representante paranaense classificou a cartilha como “uma peça de ficção, um embuste, uma escamoteação da realidade”. Afirmou que o governo, para editá-la, inspirou-se em Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do governo nazista, a quem se atribuiu a

seguinte afirmação: “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Alvaro sustentou que a cartilha traz diversas mentiras. A primeira delas, para ele, é que a relação dívida pública/produto interno bruto (PIB) caiu no governo Lula. O senador concorda que essa relação seja hoje de 57,4%, como está na publicação. Mas ele destaca que, no começo da atual administração, esse índice era de 55,5%, e não de 61,7%, conforme diz a cartilha.

O parlamentar observou também que Lula não poderia ter afirmado, em Nova York, que assumiu o governo com “um enorme déficit na balança comercial”. Segundo ele, em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, o superávit comercial foi de US\$ 11 bilhões. Acrescentou que a cartilha aponta a melhora na balança comercial como obra de Lula, quando ela teve início com a desvalorização do real pelo governo FHC em 1999.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “o Duda Goebbels Mendonça (Duda Mendonça, publicitário que cuidou da campanha em 2002 e que assessora o PT) está levando o Lula para o fundo do poço”. Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) assinalou que Lula ganhou a eleição iludindo o povo com promessas que não cumpriu.

Pavan: atual administração não tem nada para mostrar

Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que a cartilha que o PT prepara para seus candidatos nas eleições deste ano se limita a comparar a administração Fernando Henrique Cardoso com o governo Luiz Inácio Lula da Silva “porque este governo ainda não tem nada para mostrar”, apesar de cumpridos já 40% do mandato de Lula.

– Em vez de comparar os dois governos, o PT deveria explicar na cartilha por que lutou para rejeitar no Congresso o salário mínimo de R\$ 275, mantendo os R\$ 260 do presidente Lula. Deveria explicar por que o petróleo cai 3,5% no mercado externo, mas a gasolina aqui sobe 11%. Deveria explicar por que prometeu 10 milhões de novos empregos e criou mais 700 mil desempregados – sugeriu Pavan.

O senador disse que, após



ATUAÇÃO Leonel Pavan afirma que PT deveria explicar por que lutou pelo mínimo de R\$ 260

um ano e meio de administração, “o PT está fazendo política olhando pelo retrovisor”.

– Uma prova de que o governo do PT não está dando certo é que a maior vitrine petista, a prefeitura de São Paulo, tem uma prefeita que conta apenas com a metade das intenções de voto, comparando-se com o candidato José Serra, seu maior adversário – observou.

Pavan lamentou ainda a morte do ex-deputado e ex-senador catarinense Evelásio Vieira. “Evelásio era um homem respeitado em meu estado. Sua vida política era pontilhada por fatos da maior dignidade.”

Comissão aprova normas sobre afixação de preços

Moreira Morais



MUDANÇA Efraim: informação ao consumidor deve acompanhar a evolução tecnológica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que trata das normas para afixação dos preços de produtos e serviços em estabelecimentos comerciais. O objetivo é acabar com divergências jurídicas a respeito do tema, uma vez que o Código de Defesa do Consumidor trata do assunto de forma genérica, conforme o autor do projeto, o ex-deputado Satiel Carvalho. Ele afirma que, para a tranquilidade do consumidor e do setor produtivo, é preciso que haja “uma clara definição sobre a oferta e apresentação de produtos pelo varejo e a identificação do preço”. A matéria (PLC 93/03) será agora discutida em Plenário.

O relator no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), ressaltou que a proposta ajusta o processo de informação de preço à evolução tecnológica, o que beneficiará sobretudo o consumidor de menor poder aquisitivo.

De acordo com o projeto, no comércio em geral os preços devem ser afixados por meio de etiquetas ou similares diretamente nos bens expostos à venda, e em vitrines, com os respectivos preços à vista e em caracteres legíveis. Em auto-

serviços, supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais com acesso direto do consumidor ao produto, sem intervenção do comerciante, o preço deve ser afixado na embalagem ou deve ser utilizado o código de barras ou código referencial.

Para os estabelecimentos que utilizarem códigos de barras, torna-se obrigatória a colocação de aparelhos de leitura ótica em locais acessíveis para consulta do consumidor. O projeto remete à definição por regulamento específico da área máxima a ser atendida por cada leitora ótica segundo o tipo de estabelecimento e a quantidade de itens vendidos.

Em caso de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação usados pelo estabelecimento, o consumidor pagará o menor valor.

Saúde deverá explicar o andamento do Reforsus

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicitando informações ao ministro da Saúde, Humberto Costa, sobre o andamento do projeto de Reforço e Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus). O pedido foi apresentado como conclusão do relatório do senador à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no programa, entre setembro e outubro de 1999.

O Reforsus pretende fortalecer o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) mediante a recuperação física e tecnológica de unidades de saúde públicas e filantrópicas que integram a rede. É financi-

ado com recursos de empréstimo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O relatório do TCU, ressaltou Azeredo, constatou que o projeto encontrava-se “com muito baixo índice de execução e sofria os previsíveis efeitos financeiros adversos, o que exigia a imediata adoção de medidas para corrigir o curso das ações”.

Passados quase três anos da conclusão da auditoria, e em razão da importância do Reforsus, Azeredo considerou importante apresentar o requerimento para conhecer as medidas tomadas pela pasta para equacionar os problemas apontados pelo TCU e os resultados obtidos com o programa.

O requerimento aprovado na CAE será encaminhado à Mesa da Casa, que deverá enviá-lo ao Ministério da Saúde.

Já o relatório do Tribunal de Contas da União será ainda examinado pelos senadores da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

Parceria é fundamental para o crescimento, diz Mantega

Ministro defende aprovação do projeto que permite à iniciativa privada investir em obras de infra-estrutura

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro do Planejamento, Guido Mantega, afirmou que o projeto (PLC 10/04) da parceria público-privada (PPP) é fundamental para o crescimento sustentável do país. Para garantir esse crescimento, salientou, é preciso reduzir ainda mais a vulnerabilidade externa do Brasil e aumentar os investimentos.

Mantega ressaltou que, sem infra-estrutura, não é possível assegurar o aumento do comércio exterior e o transporte de mercadorias de um estado para outro. O país, destacou, precisa de estradas, ferrovias, portos, energia elétrica, rede de saneamento e habitação. Como o governo não dispõe de recursos, disse, o setor privado torna-se parceiro fundamental.

Sobre o Produto Interno Bruto (PIB), Mantega observou que, a partir do segundo semestre do ano passado, houve



OBRAS Guido Mantega (E), ao lado de Ramez Tebet e Paulo Octávio, lembra que o país precisa de mais estradas, energia e saneamento

crescimento em vários setores, após retração no primeiro semestre de 2003. Já no primeiro trimestre de 2004, foi de 1,6%, que, anualizado, representaria um crescimento de 6,8%. O ministro acrescentou que o governo ficará satisfeito se o índice chegar a 3,5% ou 4%, o que já estaria garantido em 2004.

Investimentos

Mantega mostrou que ocorreu queda nos investimentos no país, em especial nos de responsabilidade do Estado, que eram de 3,7% do PIB na década de 70; 2,7% nas décadas de 80 e 90; e que, nesta década, estão abaixo de 2%, índice projetado para 2004.

Mantega lembrou que, em

caso de restrições orçamentárias, o governo contingenciaria, primeiramente, as obras. Já o setor privado, acrescentou, tem a possibilidade de construir com recursos próprios de forma ininterrupta.

O ministro esclareceu que, conforme o projeto, o setor privado assume os riscos de construção e operação de determinada obra, e o setor público compartilha o risco de demanda que viabiliza o investimento. Ele explicou que se referia a projetos com grande volume de capital e demora na implantação, e que não seriam realizados pelo setor privado, sobretudo em regiões menos desenvolvidas.

Senadores querem reduzir riscos para o Estado

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que é necessário avaliar a viabilidade econômica dos projetos das parcerias. E indagou por que o governo deve se responsabilizar por obra que o setor privado irá executar em parceria com o poder público.

Tebet também questionou se não seria o caso de tornar obrigatório o exame, pelo Senado, dos projetos a serem executados em parceria, como forma de reforçar a fiscalização e evitar a paralisação de obras e o desvio de recursos públicos.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, ressaltou que a execução dos projetos será sempre precedida de análise de viabilidade econômica. Segundo ele, o exame obrigatório das propostas pelo Senado atrasaria e inviabilizaria as obras. Ele lembrou que todos os projetos a serem executados pelas PPPs estão contidos no Plano Pluri-

anual de Investimentos (PPA) e, portanto, já passaram pelo Congresso.

Mantega ainda observou que o órgão gestor do sistema deverá fazer relatórios semestrais informando ao Legislativo os projetos aprovados. As questões contratuais, esclareceu, serão analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O Legislativo, acrescentou, participará da avaliação dos projetos quando deliberar sobre o orçamento anual.

Riscos

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse temer que a proposta abra a possibilidade de realização de todo tipo de empreendimento, o que pode, a seu ver, gerar riscos para o governo.

Mantega reconheceu que o orçamento será comprometido “um pouquinho” com as PPPs, mas assegurou que o modelo ampliará a capacidade de retorno dos investimentos.

O senador Paulo Octávio

(PFL-DF) manifestou preocupação com a continuidade do pagamento, pelo governo, das obras já em execução pelo setor privado caso as parcerias sejam implementadas. O ministro explicou que a precedência a ser assegurada às obras a serem contratadas no âmbito das PPPs visa estimular a participação do setor privado. Mas os outros pagamentos serão garantidos, salientou.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse apoiar as PPPs. Mas, para ele, é necessário definir limites para as aplicações que o governo deverá fazer, de forma que não haja desvios fiscais. Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o Estado não deve ser onerado com esse novo modelo.

À senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o ministro Guido Mantega relatou que há países, como a China, que já demonstraram interesse em investir no país, e estão esperando apenas a aprovação do projeto.



Heráclito cobra recuperação de barragem no Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) – foto – dirigiu apelo ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, no sentido de providenciar a inspeção e recuperação de barragem localizada no município de Pedro II, no norte do Piauí, afetada por rachaduras. A notícia foi divulgada pelo jornal

Diário do Povo, que advertiu para a possibilidade de rompimento da barragem.

– Essa barragem foi construída há cerca de dois anos e agora aparecem vazamentos de grandes proporções – comentou o senador, assinalando o pânico que a perspec-

tiva de rompimento gerou na população piauiense.

A preocupação de Heráclito em cobrar providências urgentes tem como objetivo evitar “prejuízos maiores e incalculáveis” como os observados, dias atrás, com o estouro da Barragem Camará, na Paraíba.



DIFICULDADE Segundo Azeredo, economia poderia melhorar com recuperação da MG-10

Azeredo quer facilitar acesso ao aeroporto de Confins

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reclamou ontem da morosidade do governo federal para liberar os R\$ 150 milhões previstos no Orçamento da União para o alargamento e a reurbanização de avenidas que dão acesso ao aeroporto de Confins e a duplicação e recuperação da MG-10, que é o principal acesso ao aeroporto.

Azeredo explicou que o aeroporto foi construído para receber 5 milhões de passageiros por ano, mas, em 2003, apenas 364 mil pessoas passaram pelo terminal de embarque e desembarque, ou o correspondente a 7,29% de sua capacidade total. O senador disse que um dos argumentos para que o aeroporto tenha tão pouco movimento é justamente a distância de 38 quilômetros que o separa do centro de Belo Horizonte.

– Se todos esses projetos saíssem do papel, o aeroporto teria uma chance de ser mais bem aproveitado, melhorando sensivelmente a economia mineira. Em contrapartida, temos o aeroporto da Pampulha, no centro de Belo Horizonte, com o problema inverso: o excesso de passageiros. Com capacidade de 1,5 milhão de passageiros por ano, cerca de 3 milhões de passageiros embarcaram e desembarcaram no aeroporto da Pampulha em 2003 – acrescentou.

Azeredo citou reportagem do jornal *Estado de Minas*, que comparou Confins a outros aeroportos do país. Segundo ele, o resultado é preocupante, pois existe falta de segurança e é grande o desconforto dos passageiros, com filas constantes, insuficiência de salas de embarque e de balcões, esteiras e pontes de embarque.

Corredor da Biodiversidade no AP abrigará 4,5 mil índios

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) anunciou a implantação do Corredor da Biodiversidade do Amapá em uma área superior a 10 milhões de hectares, equivalente ao território de Portugal, e que terá investimentos de US\$ 15 milhões nos próximos quatro anos. O corredor vai garantir a preservação de quase 60% da extensão total do estado, em 12 unidades de conservação, que incluem mangues, cerrados, florestas tropicais, florestas de altitude e terras alagadas.

Serão dois parques nacionais, uma reserva de desenvolvimento sustentável, três estações ecológicas, três reservas biológicas, uma reserva extrativista, uma área de proteção ambiental e uma floresta nacional. O corredor abrigará ainda quatro áreas indígenas: Juminá, Galibi, Uaçá e Waiãpi, com um total de 4,5 mil índios.

A área tem catalogadas 45 espécies de lagartos, 505 de aves e nove de primatas; animais em vias de extinção, como a suçuarana, a onça-pintada e o gato-do-mato; além de possuir uma vegetação com área de 96% ainda intacta. O Corredor da Biodiversidade do Amapá, segundo Papaléo, irá garantir o desenvolvimento no que diz respeito às bacias hidrográficas e incentivar a educação e a capacitação de técnicos nas áreas de ciência e tecnologia.



PRESERVAÇÃO Papaléo destaca que área de 10 milhões de ha tem 96% de vegetação intacta

Ele pede cautela na implantação da proposta que transfere responsabilidades do estado para município

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu cautela ao governo na análise da proposta que define uma nova política nacional de saneamento. Ele informou que o estudo, que está na Casa Civil da Presidência da República, prevê a transferência para os municípios da responsabilidade de investimentos no setor. Atualmente, esses investimentos são feitos pelos estados, por meio de suas companhias de águas e esgotos.

A preocupação do senador mineiro é que, com a mudança, possa haver um colapso no



PREOCUPAÇÃO Hélio Costa acredita que setor pode parar nas pequenas cidades

setor, sobretudo nas cidades menores, já que as obras de tratamento de água e de esgoto sanitário poderão ser paralisadas pela falta de investimentos. Ele explicou que, hoje, 70% dos municípios do país têm menos de 20 mil habitantes, fato que inviabiliza o lucro na atividade

Delcídio elogia incentivo às fontes alternativas de energia

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltou o êxito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), que nos próximos três anos responderá por 27% do acréscimo de produção de 8,7 mil megawatts de energia elétrica previsto para o país.

O programa, abrangendo pequenas centrais hidrelétricas, energia eólica e biomassa, fará o Brasil avançar um pouco mais em direção ao seu grande futuro, disse Delcídio, ressaltando se tratar de energia limpa a custo competitivo, utilizando tecnologia 100% nacional.

Para o senador, o sucesso do leilão realizado pela Eletrobrás para a contratação de 3,3 mil MW, que atraiu projetos totalizando o dobro da capacidade ofertada, dá uma dimensão da

boa receptividade dos empresários privados sobre fontes alternativas de energia.

Segundo informou Delcídio, o Ministério de Minas e Energia estima que, durante a instalação desses empreendimentos, serão gerados 150 mil empregos.

Os investimentos previstos serão de R\$ 8,6 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões em equipamentos e máquinas. Após a entrada em operação, os projetos deverão gerar um faturamento anual de R\$ 1,5 bilhão, destacou.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o Proinfa, em Santa Catarina, já atinge 13 produtores, com 234 megawatts instalados, com investimentos da ordem de R\$ 665 milhões.

Também em aparte, o sena-

de saneamento.

– Em Minas Gerais, temos 853 municípios. Destes, 556 são servidos pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); apenas 144 são superavitários e os demais 412, deficitários. O que acontece é o subsídio cruzado. O que se cobra em Belo Horizonte e nas demais grandes cidades permite que a estatal invista nas comunidades mais pobres do estado – afirmou Hélio Costa.

Na avaliação do senador, não adianta o governo promover mudanças no setor de saneamento apenas porque alguns técnicos acham necessária uma nova legislação. Ele lamentou que o governo Fernando Henrique tenha promovido mudanças no setor energético, depois assumidas pelo presidente Lula, que, na sua avaliação, não trouxeram benefícios.



PREVISÃO Delcídio ressalta que governo deve investir R\$ 8,6 bilhões no programa

dor José Jorge (PFL-PE) observou que o Proinfa foi idealizado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e criado em abril de 2002.

– É muito importante que isso seja reconhecido, porque um programa de incentivo à economia dessa natureza somente terá êxito se tiver continuidade durante várias administrações, independentemente de cor partidária – frisou.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Edison Lobão e pela senadora Lúcia Vânia